

ULTRAFÉRTIL S.A.

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro 2016 e 2015

Índice

1 – Relatório da administração	- 3 -
2 -Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	- 4 -
3– Demonstrações Financeiras	- 7 -
3.1 – Balanços patrimoniais	- 7 -
3.2 – Demonstrações do resultado.....	- 8 -
3.3 – Demonstrações do resultado abrangente	- 9 -
3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	- 10 -
3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	- 11 -
3.6 – Demonstrações do valor adicionado.....	- 12 -
4 – Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	- 13 -
4.1 – Contexto operacional.....	- 13 -
4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras	- 13 -
4.3 - Principais políticas contábeis.....	- 15 -
4.4 – Caixa e equivalentes de caixa	- 21 -
4.5 – Contas a receber	- 21 -
4.6 – Partes relacionadas	- 22 -
4.7 – Estoques	- 22 -
4.8 – Tributos a recuperar.....	- 23 -
4.9 – Sinistros a recuperar e demais ativos.....	- 23 -
4.10 – Imobilizado	- 24 -
4.11 – Intangível	- 25 -
4.12 – Fornecedores	- 26 -
4.13 – Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	- 26 -
4.14 – <i>Covenants</i>	- 27 -
4.15 – Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	- 28 -
4.16 – Dividendos propostos.....	- 28 -
4.17 – Demais passivos.....	- 29 -
4.18 – Patrimônio líquido.....	- 29 -
4.19 – Receita líquida	- 30 -
4.20 – Custos	- 30 -
4.21 – Receitas (despesas) operacionais.....	- 30 -
4.22 – Resultado financeiro	- 31 -
4.23 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	- 32 -
4.24 - Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	- 33 -
4.25 – Provisões para contingências e depósitos judiciais.....	- 33 -
4.26 – Benefícios a empregados.....	- 33 -
4.27 – Instrumentos Financeiros	- 35 -
4.28 – Eventos subsequentes.....	- 40 -
5 – Administração - Conselheiros e Diretores	- 41 -

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Ultrafertil S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017.

A Administração.

2 -RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Ultrafértil S.A. Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ultrafértil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrafértil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira Contador CRC MG-
058176/O-0

3– DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 – Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	100.756	509.421
Contas a receber	4.5	11.671	13.856
Estoques	4.7	3.099	2.727
Tributos a recuperar	4.8	8.859	11.576
Sinistros a recuperar	4.9	21.183	30.136
Demais ativos	4.9	697	17.950
		<u>146.265</u>	<u>585.666</u>
Não circulante			
Tributos a recuperar	4.8	-	2.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.23	1.867	5.343
Demais ativos	4.9	62.349	-
Imobilizado	4.10	2.488.154	1.523.763
Intangível	4.11	86	104
		<u>2.552.456</u>	<u>1.531.673</u>
Total do ativo		<u>2.698.721</u>	<u>2.117.339</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.13	29.599	9.827
Debêntures	4.13	12.651	5.061
Fornecedores	4.12	56.516	73.433
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	4.15	12.579	21.530
Dividendos propostos	4.16	12.553	14.623
Demais passivos	4.17	890	847
		<u>124.788</u>	<u>125.321</u>
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.13	1.182.726	841.437
Debêntures	4.13	115.224	114.921
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.23	17.963	20.247
Benefícios a empregados	4.26	1.418	673
Demais passivos	4.17	26.560	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.6	-	156.000
		<u>1.343.891</u>	<u>1.133.278</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.18a	1.011.921	680.921
Ajustes de Avaliação Patrimonial		33.910	38.445
Reservas de lucros		184.211	139.374
Patrimônio líquido		<u>1.230.042</u>	<u>858.740</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.698.721</u>	<u>2.117.339</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 – Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços prestados	4.19	148.345	142.897
Custo dos serviços prestados	4.20	(90.760)	(92.020)
Lucro bruto		57.585	50.877
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.21 (b)	(499)	(212)
Gerais e administrativas	4.21 (a)	(4.789)	(194)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.21 (c)	(1.450)	11.162
		(6.738)	10.756
Resultado antes do resultado financeiro		50.847	61.633
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	4.22	(1.335)	(715)
Receitas financeiras	4.22	25.472	30.193
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		5.111	3.406
		29.248	32.884
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		80.095	94.517
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.24		
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(26.048)	(34.910)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(1.192)	1.963
		(27.240)	(32.947)
Lucro líquido do exercício		52.855	61.570
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações em Reais		18.603,16	24.976,67

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	52.855	61.570
Outros componentes do resultado abrangente		
Previdência privada	-	824
Total do resultado abrangente do exercício	52.855	62.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Reservas de Lucros					Lucros Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2014	95.921	4.310	60.702	21.611	44.249	-	226.793
<i>Resultado abrangente do período</i>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.570	61.570
Reversão Previdência privada					(824)	824	-
Aportes de Capital	585.000	-	-	-	-	-	585.000
<i>Outros resultados abrangentes</i>							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.980)	4.980	-
<i>Contribuição e distribuição aos acionistas</i>							
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3.078	49.673	-	-	(52.751)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(14.623)	(14.623)
Em 31 de dezembro de 2015	680.921	7.388	110.375	21.611	38.445	-	858.740
<i>Resultado abrangente do período</i>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.855	52.855
Reversão Previdência privada	-	-	-	-	-	-	-
Aportes de Capital	331.000	-	-	-	-	-	331.000
<i>Outros resultados abrangentes</i>							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.535)	4.535	-
<i>Contribuição e distribuição aos acionistas</i>							
Dividendos adicionais	-	2.643	42.194	-	-	(44.837)	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(12.553)	(12.553)
Em 31 de dezembro de 2016	1.011.921	10.031	152.569	21.611	33.910	-	1.230.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	52.855	61.570
Ajustes:		
Depreciação e amortização	24.161	21.180
Provisão para perdas	(311)	(875)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(5.111)	(3.407)
Despesa com benefícios a empregados	745	(4.284)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	1.192	(1.963)
	<u>73.531</u>	<u>72.221</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	2.185	(7.928)
Estoques	(61)	(471)
Tributos a recuperar	5.180	8.872
Sinistros a recuperar	8.953	(6.517)
Demais ativos	(45.095)	(16.078)
Fornecedores	(11.806)	344
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(8.951)	7.313
Demais passivos	26.603	(27)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>50.539</u>	<u>57.729</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	<u>(871.483)</u>	<u>(876.678)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(871.483)</u>	<u>(876.678)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos com instituições financeiras	264.517	953.874
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(12.615)	(11.462)
Aumento de capital	175.000	371.000
Dividendos pagos	<u>(14.623)</u>	<u>(36.977)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	<u>412.279</u>	<u>1.276.435</u>
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(408.665)</u>	<u>457.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	509.421	51.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.756	509.421

Durante o ano de 2016 foram recolhidos tributos sobre o lucro no montante de R\$ 28.966. (R\$ 23.846, durante ao ano de 2015)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 – Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Vendas brutas de serviços	167.513	161.634
Outras receitas (despesas)	(1.416)	13.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	-	951
	<u>166.097</u>	<u>176.411</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(12.796)	(7.800)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.926)	(41.716)
Outros	(2.962)	(608)
	<u>(49.684)</u>	<u>(50.124)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>116.413</u>	<u>126.287</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(24.160)	(21.180)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>92.253</u>	<u>105.107</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	30.584	33.600
	<u>30.584</u>	<u>33.600</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>122.837</u>	<u>138.707</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	20.452	21.911
Impostos, taxas e contribuições	49.379	55.163
Remuneração de Capital de terceiros	151	64
Remuneração de Capital próprio	52.855	61.570
	<u>122.837</u>	<u>138.707</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

(a) Informações Gerais

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil" ou "Companhia") é uma Companhia que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiro destinados ou provenientes de transporte aquaviário e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

(b) Reestruturação societária

Em 14 de maio de 2012, a Companhia passou por um processo de reorganização societária com a finalidade, dentre outras, de segregar os ativos de fertilizantes e químicos das atividades relacionadas ao terminal marítimo. Após a cisão, o objeto social da Ultrafertil foi alterado e a Companhia deixou de exercer atividades relacionadas à industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos, passando a deter apenas a operação de terminal portuário próprio de uso misto. Em agosto de 2013, a Ultrafertil passou por nova reorganização societária. A TUF Empreendimentos e Participações S/A adquiriu 100% das ações ordinárias que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S/A, assumindo o controle integral da Companhia.

4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2017.

4.2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC's).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Benefícios de plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

c) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

d) Imposto de renda diferido ativo

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os itens de almoxarifado classificados como estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou valor líquido de realização (valor estimado de venda, menos o custo estimado para realizar a venda), quando inferior. As provisões para ajuste ao valor de realização são constituídas para estoques obsoletos quando o preço de venda, líquido dos tributos e das despesas fixas com vendas, for inferior ao preço do seu custo de aquisição ou formação.

f) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016, os terrenos e edificações eram compostos por: píer, armazéns, pátio e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica "equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de um a três anos e os respectivos gastos são capitalizados quando incorridos e depreciados até o início da próxima parada programada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.10.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

h) Intangível

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização dos ativos intangíveis são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de forma prospectiva.

i) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("*impairment*"), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

m) Benefícios a empregados

Fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia possui planos de aposentadoria, dentre os quais, que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício e resultado abrangente. Os registros contábeis dos planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Para os planos em que Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o método de crédito projetado. As despesas são projetadas para o período seguinte, os ganhos e perdas atuariais são apontados e registrados. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

Participação no resultado

A Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho da área de atuação e desempenho da Companhia. A Companhia efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custos de serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a lotação do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da Companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

q) Apresentação de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por 3.395.593 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A TUF Empreendimentos e Participações S/A detêm 100% do Capital Social da Companhia.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

t) Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia realizou atividades de investimentos não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstrações de Fluxos de Caixa.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	117.051	28.834
Adição ao imobilizado juros capitalizados	117.051	28.834
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	156.000	-
Patrimônio Líquido	156.000	-
Dividendos Propostos	12.553	-
Patrimônio líquido	12.553	-
Incorporação de juros no principal da dívida (FINEM)	73.812	-
Juros Capitalizados (FINEM)	73.812	-

4.4 – Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	247	46
Aplicações Financeiras	100.509	509.375
	100.756	509.421

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, remuneradas por um percentual médio de 96,32% (101,94% em 2015) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5 – Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Contas a receber de clientes	4.076	1.576
Contas a receber partes relacionadas	7.595	12.280
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-
	11.671	13.856

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	10.359	13.091
Vencidos até 3 meses	1.148	414
Vencidos de 3 a 6 meses	164	351
	11.671	13.856

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.6 – Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber		
Vale Fertilizantes S.A	7.595	12.280
	<u>7.595</u>	<u>12.280</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
Ferrovia Centro Atlântica S.A	54	79
VLI Multimodal S/A	10.970	823
Fundação Vale do Rio Doce	92	-
VLI S/A	766	-
Vale Fertilizantes S.A	-	6.883
Valia	-	90
Vale S/A	1.886	1.652
	<u>13.768</u>	<u>9.527</u>
Não circulante		
Benefícios a empregados/pós-aposentadoria		
Valia	-	91
	<u>-</u>	<u>91</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		
TUF Empreendimentos S.A.	-	156.000
	<u>-</u>	<u>156.000</u>
Demonstração do Resultado		
Receita bruta de serviços prestados (*)		
Vale Fertilizantes S.A	128.563	134.937
	<u>128.563</u>	<u>134.937</u>
Custos e Despesas		
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(317)	(435)
	<u>(317)</u>	<u>(435)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos (*)		
Vale Fertilizantes	(931)	(1.292)
VLI Multimodal S/A	(3.823)	-
	<u>(766)</u>	<u>-</u>
	<u>(5.520)</u>	<u>(1.292)</u>

(*) A receita bruta de serviços prestados refere-se a operações de descarga de produtos. As despesas com compartilhamento de gastos representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI, jurídico, outros.

4.7 – Estoques

Circulante	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	4.682	4.829
Materiais de expediente e outros	232	24
Provisão para perdas em itens de estoque	(1.815)	(2.126)
	<u>3.099</u>	<u>2.727</u>

A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar	170	88
Imposto de renda retido na fonte	7.891	3.046
PIS e COFINS a compensar	511	8.154
Outros	287	288
	8.859	11.576
Não circulante		
PIS e COFINS a compensar	-	2.463
	-	2.463
Tributos a recuperar - total	8.859	14.039

4.9 – Sinistros a recuperar e demais ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamento a empregados	472	74
Sinistros a recuperar (a)	21.183	30.136
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (b)	-	1.017
Despesas c/ Dragagem pagas antecipadamente (c)	-	14.481
Outras contas	225	2.378
	21.880	48.086
Não circulante		
Despesas c/ Dragagem pagas antecipadamente (c)	61.776	-
Adiantamento a empregados	573	-
	62.349	-
Demais contas a receber - total	84.229	48.086

(a) Referem-se aos gastos da Companhia com acidentes ocorridos em seu terminal portuário, para os quais há provisão da franquia no montante de R\$ 750.

(b) Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Risco Operacional	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000

(c) Atividades de dragagem do canal de acesso.

4.10 – Imobilizado

A composição do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está detalhada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixa	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	118.655	-	-	149	-	-	118.804
Equipamentos autônomos	248.212	240	-	9.951	-	-	258.403
Veículos	582	-	-	-	-	-	582
Bens administrativos/auxiliares	362	3	-	30	-	-	395
Equipamentos e aplicativos de informática	264	12	-	8	-	-	284
	368.075	255	-	10.138	-	-	378.468
Terrenos	79	-	-	-	-	-	79
Adiantamento a fornecedores de imobilizado*	3.380	373	(373)	-	-	-	3.380
Benfeitorias em curso**	1.348.784	988.279	-	(10.138)	-	-	2.326.925
	1.352.243	988.652	(373)	(10.138)	-	-	2.330.384
	1.720.318	988.907	(373)	-	-	-	2.708.852

*O montante de R\$ (373) refere-se à regularização de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os períodos de 2015 e 2016.

Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	(42.016)	(2.896)	-	-	-	-	(44.912)
Equipamentos autônomos	(153.851)	(21.127)	-	-	-	-	(174.978)
Veículos	(379)	(62)	-	-	-	-	(441)
Bens administrativos/auxiliares	(118)	(30)	-	-	-	-	(148)
Equipamentos e aplicativos de informática	(191)	(28)	-	-	-	-	(219)
	(196.555)	(24.143)	-	-	-	-	(220.698)
Total	1.523.763	964.764	(373)	-	-	-	2.488.154

Movimentação do imobilizado:

Imobilizado - custo	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2016	31/12/2015
					Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,59%	118.804	(44.912)	73.892	76.639
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,62%	258.403	(174.978)	83.425	94.361
Veículos	3 a 5 anos	20,33%	582	(441)	141	203
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	395	(148)	247	244
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	284	(219)	65	73
			378.468	(220.698)	157.770	171.520
Terrenos			79	-	79	79
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			3.380	-	3.380	3.380
Benfeitorias em curso**			2.326.925	-	2.326.925	1.348.784
			2.330.384	-	2.330.384	1.352.243
			2.708.852	(220.698)	2.488.154	1.523.763

** Melhorias, modernização e expansão portuária.

4.11 – Intangível

Intangível - Custo	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	670	-	670
			670	-	670
Intangível - Amortização			31/12/2015	Adições	31/12/2016
Softwares adquiridos			(566)	(18)	(584)
			(566)	(18)	(584)
Total			104	(18)	86

4.12 – Fornecedores

O saldo refere-se substancialmente a compra de serviços, combustíveis, materiais, destinados a operação e manutenção das instalações da Companhia.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores terceiros (a)	42.748	63.906
Fornecedores partes relacionadas	13.768	9.527
	<u>56.516</u>	<u>73.433</u>
(a) fornecedores terceiros		
Mercado interno	42.584	63.590
Mercado externo	164	316
	<u>42.748</u>	<u>63.906</u>

4.13 – Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

a) Por instituição financeira:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
FINEM	30.512	10.620
Custo de Transação	(913)	(793)
	<u>29.599</u>	<u>9.827</u>
Debêntures	12.726	5.129
Custo de Transação (Debêntures)	(75)	(68)
	<u>12.651</u>	<u>5.061</u>
	<u>42.250</u>	<u>14.888</u>
Não circulante		
FINEM	1.191.703	849.996
Custo de Transação	(8.977)	(8.559)
	<u>1.182.726</u>	<u>841.437</u>
Debêntures	115.944	115.000
Custo de Transação (Debêntures)	(720)	(79)
	<u>115.224</u>	<u>114.921</u>
	<u>1.297.950</u>	<u>956.358</u>

b) Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

<u>Emissão</u>	<u>Taxa de juros (nominal)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FINEM	TJLP+2,12% a TJLP+3,32%a.a	1.191.703	849.996
DEBÊNTURE	(*)	115.944	115.000
Custo de Transação		(9.697)	(8.638)
Total		<u>1.297.950</u>	<u>956.358</u>

(*) Taxa de juros (nominal):

Ativo	ULFT11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 115.000.000,00 (Cento e quinze milhões de reais)
Valor Nominal	R\$ 10.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	12 anos
Forma de Amortização	Semestral, a partir da Data de Emissão
Pagamento de Remuneração	Semestral, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 9,0603% a.a.
Destinação de Recursos	Expansão das instalações do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (TIPLAM)
Negociação	CETIP

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Adição					Amortização			31/12/2016
	31/12/2015	Principal	Juros apropriados	Juros capitalização	Custo transação	Juros pagos	Juros capitalização	Custo transação	
FINEM	860.616	264.518	97.080	73.812	-	-	(73.811)	-	1.222.215
DEBÊNTURES	120.129	-	19.743	-	-	(11.202)	-	-	128.670
CUSTO DE TRANSAÇÃO	(9.499)	-	-	-	(1.413)	-	-	227	(10.685)
	971.246	264.518	116.823	73.812	(1.413)	(11.202)	(73.811)	227	1.340.200

Os juros decorrentes dos empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 116.823 (R\$ 28.834 em 2015), foram integralmente apropriados para o ativo imobilizado. No exercício de 2016, os juros pagos foram de R\$ 11.202 (R\$ 11.462 em 2015).

d) As parcelas vincendas em 31 de dezembro de 2016, apresentam a seguinte posição:

	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	83.714
2017	-	138.233
2018	91.584	187.672
2019	98.030	178.230
2020	105.436	378.007
2021	113.958	-
2022 em diante	898.639	-
Custo de Transação	(9.697)	(9.498)
	1.297.950	956.358

4.14 – Covenants

Os principais *covenants* obrigam aos garantidores (VLI S/A) dos empréstimos, financiamentos e debêntures a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Os *Covenants* são avaliados anualmente em 31 de dezembro, pelos números da Companhia. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2016.

Para efetivação da operação, foram dadas ações da Controladora da Companhia em garantia.

4.15 – Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações Fiscais		
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	6.702	12.375
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	15	125
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	637	328
PIS/COFINS		987
ISS (Imposto s/ Serviços)	1.217	1.312
Outros	-	1
	<u>8.571</u>	<u>15.128</u>
Obrigações sociais e trabalhistas		
Circulante		
Salários e encargos	3.117	2.730
Provisão para férias e 13º Salário	891	816
Participação nos resultados	-	2.709
Outros	-	147
	<u>4.008</u>	<u>6.402</u>
	<u>12.579</u>	<u>21.530</u>

4.16 – Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	52.855	61.570
Lucro líquido do exercício ajustado	52.855	61.570
Reserva legal - 5%	(2.643)	(3.078)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>50.212</u>	<u>58.492</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>(12.553)</u>	<u>(14.623)</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dividendos aprovados em AGO	-	14.623
Dividendos propostos	<u>12.553</u>	-
Saldo dos dividendos propostos	<u>12.553</u>	<u>14.623</u>

4.17 – Demais passivos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Provisão para franquia de seguro	750	750
Garantias contratuais	-	2
Outros circulantes	140	95
	<u>890</u>	<u>847</u>
Não circulante		
Adiantamento clientes (*)	26.560	-
	<u>26.560</u>	<u>-</u>
	<u>27.450</u>	<u>847</u>

(*) Consultoria de gestão de projetos – Salus Infraestrutura Portuária

4.18 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de maio de 2015 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 585.000, mediante a emissão de 1.776.418 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Tal ato elevou o seu capital social de R\$ 95.921 para R\$ 680.921.

Em 31 de março de 2016 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 156.000, mediante a emissão de 447.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Tal ato elevou o seu capital social de R\$ 680.921 para R\$ 836.921.

Em 07 de outubro de 2016 a Assembleia Geral aprovou o aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 175.000, mediante a emissão de 482.679 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Tal ato elevou o seu capital social de R\$ 836.921 para R\$ 1.1011.921.

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
TUF Empreendimentos e Participações S.A.	3.395.593	100,00%
Totais	3.395.593	100,00%

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos do artigo 202 da Lei das sociedades anônimas. No exercício de 2016 a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva legal de R\$ 2.643 (R\$ 3.078 em 2015) que está sujeita à aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

c) Dividendos Mínimos

Os dividendos mínimos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os mesmos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. A parcela referente ao dividendo referente ao ano de 2016 está provisionada no passivo no montante de R\$ 12.553 (R\$ 14.623 em 2015).

d) Reserva de Expansão

No exercício de 2016, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva para expansão, sujeita à aprovação da Assembleia Geral dos acionistas no montante R\$ 42.194 (R\$ 49.673 em 2015).

A reserva é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

e) Dividendos adicionais a distribuir

Em 2016, não houve proposta para a destinação do excedente ao dividendo mínimo ao Acionista.

4.19 – Receita líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Bruta		
Receita de serviços portuários	167.513	161.634
	<u>167.513</u>	<u>161.634</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(4.744)	(4.588)
PIS	(2.573)	(2.524)
COFINS	(11.851)	(11.625)
	<u>(19.168)</u>	<u>(18.737)</u>
Receita líquida dos serviços vendidos	<u>148.345</u>	<u>142.897</u>

4.20 – Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>30/12/2015</u>
Pessoal	(19.972)	(21.424)
Material	(3.973)	(3.275)
Combustíveis	(722)	(245)
Serviços contratados	(25.851)	(36.940)
Depreciação	(24.113)	(21.134)
Tributos e taxas	(1.859)	(1.692)
Aluguéis	(8.955)	(313)
Seguros	(1.651)	(1.183)
Utilities	(3.404)	(2.986)
Viagens	(213)	(450)
Outros	(47)	(2.378)
	<u>(90.760)</u>	<u>(92.020)</u>

4.21 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(24)	(23)
Serviços contratados	(176)	(171)
Compartilhamento de gastos	(4.589)	-
	<u>(4.789)</u>	<u>(194)</u>

b) Despesas com vendas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(403)	(49)
Material	(10)	(3)
Serviços contratados	(16)	(92)
Depreciação	(47)	(47)
Tributos e taxas	(3)	(16)
Aluguéis	(12)	-
Utilities	(6)	(5)
Viagens	(2)	-
	<u>(499)</u>	<u>(212)</u>

c) Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Venda de materiais	754	600
Multas contratuais	204	231
Lucros Cessantes	-	6.000
Reversão benefícios a empregados	-	4.464
Outros	-	72
	<u>958</u>	<u>11.367</u>

Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias	(21)	(785)
Perda de recebíveis	-	(371)
Outras operacionais	(2.387)	-
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	-	951
	<u>(2.408)</u>	<u>(205)</u>

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>(1.450)</u>	<u>11.162</u>
--	----------------	---------------

4.22 – Resultado financeiro

Receitas financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicação mercado financeiro	25.136	22.945
Juros, taxa e multas de mora	315	56
Outras receitas financeiras	21	7.192
	<u>25.472</u>	<u>30.193</u>

Despesas Financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.184)	-
Juros, taxas e multas	(21)	(8)
Outras despesas financeiras	(130)	(707)
	<u>(1.335)</u>	<u>(715)</u>

Receitas com variação monetária e cambial

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas com variação monetária e cambial	5.111	3.406
	<u>29.248</u>	<u>32.884</u>

4.23 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto diferido - Ativo		
Imposto de Renda		
Perda de ativos	-	532
Outros	1.372	3.397
	<u>1.372</u>	<u>3.929</u>
Contribuição social		
Perda de Ativos	-	191
Outros	495	1.223
	<u>495</u>	<u>1.414</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	1.867	5.343

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ano de 2016	-	5.343
Ano de 2017	1.867	-

Imposto de renda diferido - passivo

Depreciação acelerada	(475)	(420)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(12.844)	(14.563)
	<u>(13.319)</u>	<u>(14.983)</u>

Contribuição social diferida - passivo

Depreciação acelerada	(20)	(22)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(4.624)	(5.242)
	<u>(4.644)</u>	<u>(5.264)</u>
	<u>(17.963)</u>	<u>(20.247)</u>

A expectativa de realização dos créditos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

2016	-	(3.375)
2017	(2.994)	(3.375)
2018	(2.994)	(3.375)
2019	(2.994)	(3.375)
2020	(2.994)	(3.375)
2021	(2.994)	(3.373)
2022 em diante	(2.993)	-
	<u>(17.963)</u>	<u>(20.248)</u>

4.24 - Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado antes da tributação	80.095	94.517
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigente - 34%	<u>(27.232)</u>	<u>(32.136)</u>
Conciliação:		
IR/CS diferidos passivo/deprec. Acelerada	2.285	2.514
Outros	<u>(2.293)</u>	<u>(3.325)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(27.240)</u>	<u>32.947</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(26.048)	(34.910)
Diferidos	<u>(1.192)</u>	1.963
	<u>(27.240)</u>	<u>(32.947)</u>

4.25 – Provisões para contingências e depósitos judiciais

Na Cisão Parcial da Ultrafertil S/A, ocorrida em 1º de junho de 2012, as provisões de passivos contingentes foram vertidas pelos respectivos valores contábeis (à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A.).

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A, ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

Em 31 de dezembro de 2016, após análise de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões na Companhia (responsabilidade exclusiva da Ultrafertil S/A) por se tratarem de perdas possíveis, no montante de R\$ 4.936 (R\$ 3.524 – 2015). Tais contingências são de natureza trabalhista e tributária.

Movimentação	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Depósitos judiciais	Provisão contingências	Depósitos judiciais	Provisão contingências
Saldo no início do período	71.664	92.164	51.596	82.602
Movimentações	(24.601)	6.959	20.068	9.562
Reembolso	(47.063)	(99.123)	(71.664)	(92.164)
Saldo no final do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

4.26 – Benefícios a empregados

4.26.1- Planos de Previdência Privada

A Companhia, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS, mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Desde outubro de 2011, novo plano de previdência complementar entrou em vigor (Plano Vale Mais - VALIA) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano PETROS.

A Companhia, em conformidade com convenções trabalhistas mantidas com os sindicatos, proporciona benefícios pós-emprego envolvendo os planos de saúde e multa de FGTS. A Companhia constitui passivos inerentes a estes benefícios com base nos laudos atuariais emitidos por consultoria especializada.

a) Contribuições

Em 31 de dezembro de 2016 esse plano de previdência possuía 3 participantes (4 participantes em 2015). No exercício de 2016, a Companhia contribuiu para a PETROS com o montante de R\$ 74 (R\$ 87 em 2015). A taxa de contribuição para a PETROS é de 12,93% sobre os salários dos funcionários filiados a esse plano.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 o plano de previdência Vale Mais – VALIA, possuía 229 participantes (114 participantes em 2015).

No exercício de 2016, a Companhia contribuiu para a VALIA com o montante de R\$ 367 (R\$ 388 em 2015).

b) Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	Plano de Pensão Vale Mais		Plano de Pensão Petros		Outros Benefícios Multa FGTS	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Principais premissas atuariais						
<i>Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido</i>						
1. Taxa nominal de desconto	12,15%	13,31%	12,68%	13,30%	12,68%	13,30%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
<i>Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido</i>						
1. Taxa nominal de desconto	11,13%	13,10%	13,10%	13,10%	11,28%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	6,00%	6,00%	8,12%	6,00%	6,00%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
<i>Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</i>						
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468	20,4468	16,4474	20,4468	16,3165
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468	20,4468	35,8969	20,4468	35,6784

	31/12/2016	31/12/2015
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo) - VLI		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(1.425)	1.620
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	267	561
3. Resultado obrigação do Benefício Definido Incluído em Outros result. Abrangentes (OCI)	2.809	(3.740)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(397)	(786)
5. Contribuição de Participante	(66)	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	1.188	(2.345)

4.26.2- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da Companhia tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último teve início em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a Companhia a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

	31/12/2016	31/12/2015
Incentivo de Longo Prazo – I L P	1.418	673
	1.418	673

4.27 – Instrumentos Financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados possíveis importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,63%	12,27%	10,90%	8,86%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	56.998	51.298	45.598	37.049

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debentures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (TJLP e IPCA).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,50%	8,25%	9,0%	10,13%
IPCA	6,29%	6,92%	7,55%	8,49%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média ponderada do ano de 2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	101.603	111.763	121.923	137.164
Encargos Financeiros - IPCA	19.743	21.717	23.691	26.653

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços portuários, como manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado de carga geral. O principal fator de risco de crédito que pode afetar o negócio é a concessão de crédito aos clientes, mas que para minimizar essas possíveis perdas, a Companhia adota política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados, e dispersão de clientes,

não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

A eficiência e a gestão do fluxo de caixa, são elaboradas com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	1.340.200	971.246
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(100.756)</u>	<u>(509.421)</u>
Dívida Líquida	<u>1.239.444</u>	<u>461.825</u>

d) Risco operacional

A Ultrafertil S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.9).

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Instrumentos financeiros

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 correspondem:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	247	46
Aplicações Financeiras	100.509	509.375
Contas a receber	4.076	1.576
Partes relacionadas	7.595	12.280
	<u>112.427</u>	<u>523.277</u>
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos	1.212.325	851.264
Debentures	127.875	119.982
Fornecedores	42.748	63.906
Partes relacionadas	13.768	9.527
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	156.000
Dividendos a pagar	-	14.623
	<u>1.396.716</u>	<u>1.215.302</u>

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total passivo	1.468.679	1.258.599
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(100.756)</u>	<u>(509.421)</u>
	<u>1.367.923</u>	<u>749.178</u>
Patrimônio líquido	<u>1.230.042</u>	<u>858.740</u>
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>1.230.042</u>	<u>858.740</u>
	<u>111,21%</u>	<u>87,24%</u>

4.28 – Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil S.A. a operação de compra de moeda a termo (*NDF*), no valor de US\$ 11.821.296,46 (Onze milhões, oitocentos e vinte um mil, duzentos e noventa e seis dólares e quarenta e seis *cents*).

O objetivo desta contratação foi mitigar riscos cambiais envolvendo aquisição de equipamento realizada no mercado externo.

Detalhes da operação

NDF - Non-Deliverable Forward significa Contrato a termo sem entrega física de moeda.

Moeda: USD

Nocional: 11.821.296,46

Taxa a Termo: 3,2090

Vencimento: 27/07/2017

5 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcus Vinicius de Faria Penteado

Presidente

Conselheiros

Gustavo Serrão Chaves

Guido Roberto Campos Germani

Roberto Furtado de Mendonça Moretzsohn

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Samuel Pereira Silva

Suplentes

Pedro de Campos Azevedo

Gustavo Rodrigues Zaitune

Renato Mangueira Saleme

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto

Igor Bretas De Figueiredo

Aislan Tavares Amorim

Diretoria

Alessandro Pena da Gama

Diretor-Presidente

Renato Mangueira Saleme

Diretor

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 45.913/O-6